



No ano de 2017, consolidaram-se enormes perdas no campo da política social e no mercado de trabalho, seja pelo desmonte, com o fim de diversas políticas ou redução aguda do financiamento destas, seja pela adoção de novas regulamentações que prejudicam os trabalhadores e os setores mais vulneráveis da sociedade brasileira. Sem a pretensão de exaurir os retrocessos enfrentados pelo Brasil no campo social, analisaremos a seguir algumas das perdas da classe trabalhadora nos últimos meses.

Mercado de trabalho

A austeridade fiscal, aplicada no Brasil desde 2015, teve um efeito devastador no mercado de trabalho. Desde então, ocorreu uma escalada do desemprego, que, em 2017 transformou-se em estagnação da taxa de desemprego no país, com aumento da participação do setor informal da economia, medida em especial pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).

Segundo os dados mais recentes para 2017 (PNA-DC), a taxa de desocupação (12,2%) no trimestre móvel de agosto a outubro recuou 0,6 ponto percentual em relação ao trimestre de maio a julho deste ano (12,8%). Na comparação anual, no entanto (com o mesmo trimestre de 2016), que foi de 11,8%, houve aumento de 0,4 ponto percentual.

A população desocupada (12,7 milhões) teve queda de 4,4% no confronto com o trimestre anterior (menos 586 mil pessoas), mas, em relação a igual período de 2016, houve aumento de 5,8% (mais 698 mil pessoas). Houve também estabilidade frente ao trimestre anterior no número de empregados com carteira de trabalho assinada, mas que-

da de 2,2% em relação ao ano anterior. Por outro lado, cresceu nas duas comparações o contingente de trabalhadores por conta própria, o que ilustra a precarização do mercado de trabalho no Brasil.

Deve-se ponderar ainda que, segundo os últimos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no terceiro trimestre de 2017, a taxa composta da subutilização da força de trabalho (que agrega os desocupados, os subocupados por insuficiência de horas e os que fazem parte da força de trabalho potencial) ficou em 23,9%, o que representa 26,8 milhões de pessoas. Esta estimativa caiu 0,6 ponto percentual (p.p.) em relação ao trimestre anterior do mesmo ano (13,0%) e aumentou 0,6 p.p. em relação ao terceiro trimestre de 2016 (11,8%). Esse indicador também denota a crise para os trabalhadores brasileiros, que ficam mais vulneráveis a aceitar piores condições de trabalho.

Nesse contexto, como suposta resposta à crise no mercado de trabalho, surgiu a proposta e ocorreu a aprovação da chamada Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017). Também no ano de 2017 foi aprovada a Lei 13.429/2017 (antigo PL 4.302/1998), que libera a terceirização também em atividades

fim (antes restrita a atividades meio). Tanto a Lei 13.429/2017 quanto a Lei 13.467/2017 baseiam-se nos debates dos anos 1990, de que as leis trabalhistas são muito rígidas no Brasil (o que contrasta, por exemplo, com a alta rotatividade da mão de obra brasileira), de que na comparação internacional o salário brasileiro é alto (mas, para a indústria, um trabalhador brasileiro já tem salário mais baixo que um chinês) e de que a retirada de direitos (ou flexibilização) geraria empregos. No entanto, ela contribui para criar uma sociedade mais desigual e pode permitir a redução do consumo.

Assim, foram consolidadas no ano de 2017 mudanças substantivas para os trabalhadores brasileiros, que terão impacto no curto prazo (na piora da qualidade dos empregos considerados formais) e no longo prazo (com a possível ampliação da desigualdade e da pobreza no país).

E ainda em relação ao mercado de trabalho, em 2017 Temer espera poder aprovar a PEC 287, a chamada Reforma da Previdência. Com a Reforma Trabalhista, aumenta a pressão neste sentido, já que as mudanças trabalhistas reduzem as receitas da Previdência, por exemplo, ao ampliar as possibilidades de pejetização. Ainda que seja uma reforma menor que a almejada pelo governo em um primeiro momento, este projeto torna mais difícil o acesso à Previdência Social.

Cortes em políticas sociais

Diversos foram os campos da política social (saúde, educação, ciência e tecnologia, habitação, entre outras áreas) que sofreram com cortes nas políticas sociais, bem como novas regulamentações que favorecem o setor privado ou os interesses de grandes grupos ou famílias.

Na educação, estão sendo amplamente atingidas pela austeridade as instituições de ensino e pesquisa no país, em especial as 63 universidades federais. Tornaram-se comuns o cancelamento de congressos e eventos acadêmicos, a suspensão de estudos

de campo e a redução do cardápio dos restaurantes universitários. Além disso, há uma ameaça de privatização das universidades públicas brasileiras.

Quanto à saúde, as políticas de austeridade e de descontinuidade no SUS têm promovido sofrimento à população. Se a saúde pública está enfraquecida, por outro lado mudanças que favorecem o setor privado na saúde estão caminhando rapidamente: no ano de 2017 avançou a tramitação do novo marco regulatório dos Planos de Saúde (PL 7419/06 e apensados), que altera a atual lei dos Planos de Saúde (9656/98). Especialistas do campo da saúde pública apontam que o projeto tem a digital das operadoras em detrimento dos direitos do povo brasileiro. Ainda em 2017, ocorreu a revisão a toque de caixa da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Diversas entidades do campo da saúde coletiva marcaram posição contra a revisão.

No campo também diversos foram os retrocessos em 2017, com o corte de verbas e reestruturação de programas mundialmente reconhecidos como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), cancelamento/alterações no Programa Minha Casa Minha Vida Rural, desestruturação do Corpo Técnico para atuação na área e a redução da estrutura institucional para a diversidade no campo (povos e comunidades tradicionais, dos quilombolas, dos negros, das políticas de gênero, de juventude, das comunidades indígenas). Também houve sérias mudanças na concepção e condução da política agrária do país, como com a MP 759, conhecida como “MP da grilagem”, que favorece os grandes proprietários que realizaram grilagem.

Como apontamos ao princípio, a lista dos retrocessos aqui citados está longe de estar completa e pode ainda se estender até o fim do ano de 2017. Com tais medidas, Temer cumpre à risca as propostas do documento “Ponte para o Futuro” e mostra de que lado está na luta de classes. Já o Brasil - que tinha reduzido a desigualdade social durante os governos petistas - agora consolida medidas que ampliam as desigualdades.